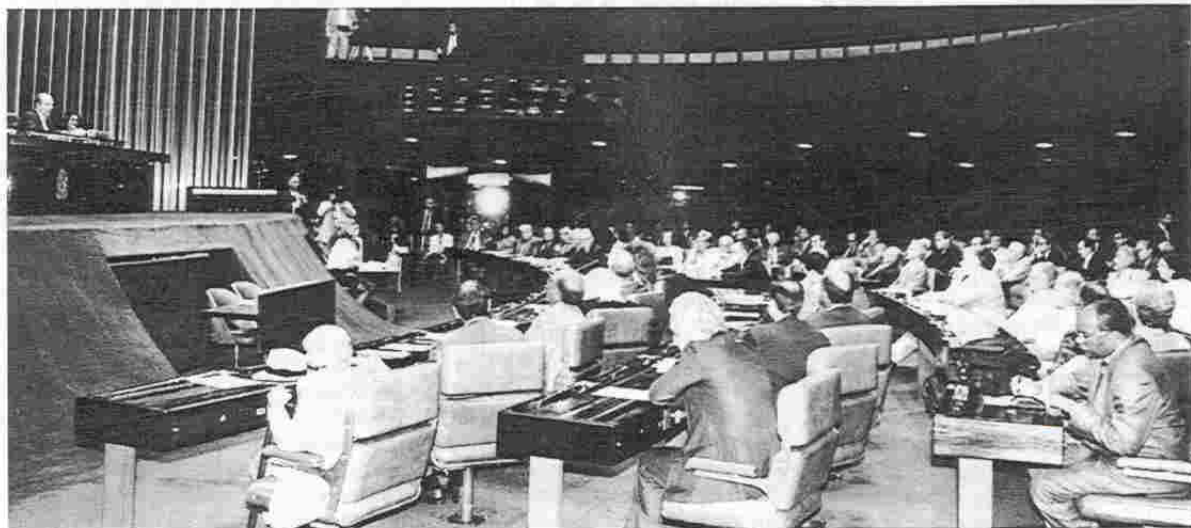


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 455 - Brasília, segunda-feira, 5 de maio de 1997



O plenário do Senado aprovou matérias de grande importância para a vida nacional e promoveu debates de temas relevantes

Plenário e comissões do Senado votaram 111 matérias em abril

Novas regras para edição de MPs e punição rigorosa para a prática de tortura estão entre as propostas aprovadas. CPI dos Precatórios ouviu depoimentos de 65 pessoas

Regras para MPs voltam à discussão

O plenário do Senado realizará amanhã a primeira discussão em segundo turno do substitutivo de emenda constitucional do senador José Fogaça (PMDB-RS) que aumenta de 30 para 90 dias a vigência de uma medida provisória, mas proíbe sua reedição. O substitutivo, que permanecerá em discussão até quinta-feira, para então ser votado em segundo turno, permite apenas uma prorrogação, sem mudança de texto, por meio de mensagem do presidente da República, pelo período de 90 dias.

Em turno único e em regime de urgência, o plenário examinará no mesmo dia projeto que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar opera-



José Fogaça

ções de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 346,3 milhões, para capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (Credireal).

Da mesma forma, discute projeto que autoriza a Prefeitura de Uberlândia (MG) a

contratar empréstimo, também junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 7,3 milhões, para a execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais do município.

O plenário apreciará, ainda, projetos de decreto legislativo que aprovam a programação monetária relativa ao segundo, terceiro e quarto bimestres de 1996, bem como a proposta que autoriza a contratação de operação de crédito externo destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos.

■ As atividades das comissões estão na página 2

As novas regras para edição de medidas provisórias e a fixação de penas de até 16 anos de cadeia para os condenados por crime de tortura são algumas das 26 matérias aprovadas em abril pelo plenário do Senado, que arquivou mais nove propostas. As comissões tiveram um ritmo de trabalho intenso, com a apreciação de 76 projetos. No total, plenário e comissões apreciaram 111 matérias. No período, a CPI dos Precatórios chegou a ouvir 65 pessoas. **Página 3**

Concluído debate sobre a reeleição

Proposta será votada depois que a CCJ examinar quatro emendas apresentadas em plenário. **Página 5**

Comissões iniciam semana com atividades intensas

Depoimentos sobre trabalho infantil, audiência de ministro sobre diretrizes orçamentárias e regulamentação de publicidade oficial estão na pauta de trabalhos até quinta-feira

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se amanhã, às 10h, para ouvir depoimentos do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho S.A. (Ebesa), Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes, Oscarino Lopes Filho, sobre a exploração do trabalho da criança e do adolescente.

Às 14h de amanhã, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), fará audiência pública com a pre-

sença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, que falará sobre as diretrizes orçamentárias para 1998.

No mesmo dia, às 17h, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), realiza audiência pública com a presença do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, encerrando o ciclo de palestras e debates sobre o Projeto de Lei Complementar nº 93/96, que dispõe sobre o contrato tem-

porário de trabalho.

Na quarta-feira (dia 7), às 14h, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), analisa diversas matérias, dentre elas o projeto que regulamenta a publicidade dos órgãos públicos; o que dispõe sobre

a proteção da propriedade intelectual de programa de computador; e o que trata da transferência de recursos federais destinados aos programas de

alimentação escolar e do livro didático.

Às 15h do mesmo dia, a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul debate o relatório do deputado Júlio Redecker ao projeto de decreto legislativo que trata da construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Brasil e a Argentina. Na quinta-feira (dia 8), realiza audiência pública com a presença do ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Francisco Dornelles, sobre o Mercosul nas áreas pertinentes ao seu ministério.

Proteção a programas de computadores também será examinada

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (06.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único, em regime de urgência, dos ***Projetos de Resolução nºs 51**, que autoriza o estado de Minas Gerais a celebrar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R\$ 346,3 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados à capitalização do Credireal; e **56/97**, que autoriza a prefeitura de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 7,3 milhões; primeiro dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 1/95**, que altera as regras para edição e apreciação das medidas provisórias; discussão em turno único dos ***PDLs nºs 31, 32 e 33/97**, que aprovam a programação monetária de 1996; e do ***Projeto de Resolução nº 50/97**, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor total de 7,8 bilhões de lenes, entre o estado da Bahia e o OECF, destinado ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos.

Quarta-feira (07.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Segundo dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias; e discussão em turno único dos ***PDLs nºs 85/96**, que aprova as modificações introduzidas no convênio constitutivo e outros regulamentos básicos do BID; **14/97**, que aprova texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, para cooperação na área de Transportes, celebrado entre o Brasil e Cuba, em Havana, em 30.01.96; **27/97**, que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para projetos ambientais, celebrado entre o Brasil e o Japão, em Brasília, em 26.08.96; e ***Mensagens nºs 54, 57 e 91/97**, que submetem à aprovação do Senado Federal a escolha dos nomes de diplomatas.

Quinta-feira (08.05.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias.

Sexta-feira (09.05.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (06.05.97)

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Depoimentos do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho S.A. (Ebesa), Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes, Oscarino Lopes Filho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

14h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos acerca do PL das diretrizes orçamentárias para 1998. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, encerrando o ciclo de palestras e debates sobre o PLC nº 93/96, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (07.05.97)

14h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; ***PLC nº 14/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; ***PLC nº 63/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e ***PLS nº 139/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Apreciação do relatório do deputado Júlio Redecker ao PDL nº 19/97, que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Brasil e a Argentina. *Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira (08.05.97)

10h - Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles, sobre o Mercosul nas áreas pertinentes ao seu ministério. *Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados*



CPI dos Precatórios colheu no mês passado 65 depoimentos de envolvidos nas transações com títulos

Senado aprovou 26 matérias em abril e CPI ouviu 65 pessoas

Entre as propostas aprovadas está a da emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias, a ser apreciada em 2º turno

No mês de abril, o plenário do Senado aprovou 26 matérias, as comissões apreciaram 76 projetos e a CPI dos Precatórios ouviu os depoimentos de 65 pessoas, incluindo acareações. Entre os projetos que o Senado aprovou, destaca-se a proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias, a qual ainda será submetida a votação em segundo turno.

Um dos projetos aprovados pelo plenário no mês passado e enviados à sanção do presidente da República pune a prática da tortura com até 16 anos de cadeia. Até então, a tortura no Brasil era punida como se fosse simples lesão corporal. O Senado discutiu ainda em várias sessões na CCJ e no plenário, devendo votar em maio, a emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. A privatização da Cia. Vale do Rio Doce foi outro assunto discutido em várias sessões do plenário.

Conforme balanço divulgado pelo secretário-geral da

Mesa, Raimundo Carneiro Silva, além das 26 matérias aprovadas pelo plenário, outras 9 foram enviadas ao arquivo, depois de analisadas. O balanço do mês registra ainda quatro autorizações de empréstimos externos (inclusive um para duplicação da "rodovia da morte", a São Paulo-Curitiba-Florianópolis). Foram aprovadas também as indicações de seis autoridades.

Destacam-se, entre os projetos aprovados pelos senadores e enviados à apreciação dos deputados, a Lei de Proteção de Cultivares, o projeto de proteção de interesses brasileiros contra práticas discriminatórias de outros países e uma proposta que limita a venda de

anabolizantes (muito usados por frequentadores de academias de ginástica, apesar dos danos à saúde que podem provocar).

Além de votar 76 projetos, as comissões permanentes do Senado ouviram 17 líderes sindicais, autoridades do governo e especialistas sobre contrato de trabalho por tempo determinado, mudanças na Previdência Social, trabalho infantil e efeito vinculante de decisões do STF para tribunais inferiores. As comissões permanentes realizaram 27 reuniões em abril. A CPI que investiga a exploração do trabalho infantil se reuniu três vezes em abril, ouvindo cinco depoimentos.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO EM ABRIL

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e promulgados	8
Projetos aprovados e enviados aos deputados	9
Mensagens presidenciais aprovadas	6
Total de matérias aprovadas	26
Matérias enviadas ao arquivo	9

Informações em tempo real na Agência Senado

A Agência Senado coloca à disposição dos usuários da Internet informações, em tempo real, das atividades da Casa. Para ter acesso a esse serviço é preciso conectar o endereço do Senado na rede (<http://www.senado.gov.br>) e clicar no site da Agência.

Pelo serviço de tempo real da Agência, é possível acompanhar o andamento dos trabalhos das comissões e do plenário do Senado, por meio de *flashes* que informam o que está acontecendo na Casa, no momento. Os *flashes* são atualizados a cada fato novo.

Momentos depois, são inseridas na rede as reportagens completas das atividades, tais como votações, discursos, apresentação de projetos, audiências, entre outras. Além dos *flashes*, é possível consultar no site da Agência a agenda do dia.

O noticiário da Agência Senado, inclusive o apresentado em tempo real, também está disponível na rede interna do Prodasen, no sistema Datafax e no STM-400 (Serviço de Transmissão de Mensagens), esses últimos, serviços da Embratel. Pelo Datafax, o noticiário é enviado para 130 veículos de comunicação, enquanto o STM-400 possui cerca de 20 mil usuários, entre órgãos governamentais, instituições de ensino superior, empresas e órgãos de classe.

CPI realiza mais duas audiências nesta semana

Bernardo Cabral (PFL-AM) disse sexta-feira, em entrevista, que a CPI dos Precatórios realizará, esta semana, duas audiências públicas. Uma no Rio de Janeiro, com Romeu Tuma (PFL-SP) e Wilson Kleintübing (PFL-SC), e outra no Recife, onde Carlos Wilson (PSDB-PE) também irá se integrar à comissão.

Cabral informou que Roberto Requião (PMDB-PR), relator da comissão, deve começar nesta semana a trabalhar na elaboração do relatório preliminar e também examinar toda a documentação em poder da CPI.

Presidente da comissão, Bernardo Cabral confirmou que o diretor da Mesa de Operações do Bradesco, Katsumi Kihara, antecipando-se ao pedido da comissão, resolveu colocar suas contas bancária e telefônica à disposição da CPI.

Segundo Cabral, o diretor do Bradesco quer, segundo ele afirmou em carta, dar uma demonstração de colaborar com a comissão no sentido de que sejam aclarados os fatos e prevaleça a verdade sobre a questão do mercado financeiro.

- Devo declarar que bastaria que ele enviasse a cópia de seus rendimentos dos últimos dois anos, mas ele está fazendo dos últimos cinco anos. Essa antecipação dele demonstra que a CPI está se comportando como devia na apuração dos fatos, e as pessoas, nela envolvidas, acham que nada devem, nada temem e estão também contribuindo para o bom andamento da comissão - ponderou.

Cabral apresentou projeto de resolução que, conforme disse, tem o objetivo de tornar obrigatória a realização de leilões públicos para colocação de títulos no mercado.

Josaphat sugere fórmula para o MEC exigir qualidade no ensino

Segundo o senador, a designação de funcionários para fiscalizar as universidades que foram mal no Provão é inconstitucional

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou sexta-feira que a Constituição poderá ser ferida caso o ministro da Educação adote a anunciada intenção de designar funcionários para fiscalizar as unidades das universidades em que os resultados do Provão foram considerados insuficientes ou reveladores de ensino irregular. Isso porque, no seu entender, a Constituição garante às universidades autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Josaphat Marinho sugeriu ao ministro que, para evitar conflitos, solicite aos reitores das unidades de ensino que apresentaram problemas a adoção



Josaphat Marinho

de providências necessárias à correção das distorções constatadas. O senador esclareceu que não estava fazendo uma crítica, mas apenas uma ponderação:

- Se o ministro designar funcionários seus, os reitores estarão sofrendo diminuição da sua autoridade. Se o ministro solicitar as providências cabíveis aos reitores, parece que estará adotando um procedi-

mento mais compatível com a Constituição.

Resaltando ser favorável a todas as iniciativas para o aperfeiçoamento do ensino superior - "onde quer que haja deficiência ou irregularidade, providência deve ser adotada para a correção devida" -, Josaphat Marinho lembrou que o Provão foi adotado em condições anômalas, que geraram protestos e ausências de estudantes:

- A realização dessa medida pelo Ministério da Educação não se desdobrou tranquilamente. Por isso, cumpre verificar cuidadosamente até onde são responsáveis as unidades de ensino - acrescentou o senador.

Derrota de conservadores na Inglaterra serve de reflexão, diz Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse na sexta-feira que o resultado eleitoral na Grã-Bretanha deve ser motivo de reflexão no momento em que se discutem reformas estruturais para o Brasil. Em sua avaliação, "a vitória arrasadora" dos trabalhistas deve ser lida pelos brasileiros como um sinal de que nem todas as mudanças implantadas pelo liberalismo foram eficazes para a sociedade britânica.

Ele lembrou que, ao longo da História, a Inglaterra foi um país pioneiro em transformações que inspiraram o resto do mundo, como a criação do Parlamento, para conter o poder ilimitado do soberano. Disse que foi naquele país que se inauguraram as mudanças econômicas pregadas pelo liberalismo, no governo de Marga-

reth Thatcher, e que se tornaram o modelo a ser invocado por todos os países que iniciaram transformações econômicas nos últimos anos. E comentou:

- Depois de 18 anos de governo dos conservadores, o pragmatismo das teses de Mrs. Thatcher é derrotado pelos trabalhistas, que voltam ao poder aplicando-lhes a maior derrota em 180 anos.

Alcântara também lembrou que foi na Inglaterra que se iniciou a revolução industrial, assim como o trabalho moderno, nos moldes em que ele se organizou depois da Segunda Guerra Mundial. Ele recordou a derrota eleitoral de Winston Churchill, depois de vitorioso na Segunda Guerra, como um elemento que demonstra a forma criteriosa

como o eleitor inglês vai às urnas.

MUDANÇAS

- Aqui no Brasil alguém poderá dizer que não há muita diferença entre o trabalhismo de Tony Blair e a plataforma do Partido Conservador. Alguns dizem que a vitória dos trabalhistas não significará uma mudança de rumo na economia. Mas se isso fosse verdade, não haveria por que tirar os conservadores do poder - assinalou.

Na opinião do senador Lúcio Alcântara, por menores que sejam as transformações previstas, o voto dos ingleses acaba de demonstrar um desejo de mudança. E isso é salientado pelo fato de que, se não planeja rever o processo de privatização, Tony Blair já anunciou que pretende concentrar-se nas questões sociais ligadas à educação e à saúde.



Lúcio Alcântara

REELEIÇÃO

Senado conclui a discussão da proposta

A votação da matéria ocorrerá após o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das emendas propostas pelos senadores Portella, Dutra, Simon e Patrocínio

O Senado concluiu na sessão de sexta-feira a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente, governadores e prefeitos. A votação da matéria ocorrerá após o exame, pela Comissão de



Na sessão de sexta-feira concluiu-se o prazo de 5 dias de discussão da matéria

Constituição, Justiça e Cidadania, das quatro emendas apresentadas em plenário. A proposta permaneceu em discussão durante as cinco últimas sessões deliberativas.

Lucídio Portella (PPB-PI) apresentou emenda propondo a desincompatibilização, seis

Dutra aponta distorções "absurdas"

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), voltou a defender na sexta-feira emenda de sua autoria exigindo a desincompatibilização do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos, com a renúncia até seis meses antes do pleito.

José Eduardo Dutra afirmou ser totalmente contra a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição e, por isso, vai votar pela sua rejeição. Enfatizou, entretanto, que sua emenda, se aprovada, vai corrigir "distorções absurdas no processo legislativo brasileiro".

O senador entende que o mínimo que o Senado pode fazer é corrigir a proposta da Câmara, segundo a qual o governador ou o prefeito que queira ser candidato à Presidência da República deve se afastar de seus respectivos cargos, mas não exige o afastamento para candidatos ao mesmo cargo.

meses antes do pleito, dos governadores e prefeitos que concorrerem à reeleição. Na justificativa, ele argumenta que pode haver "abusos" no uso da máquina pública à disposição dos governantes. A seu ver, "no caso de reeleição do presidente, há mecanismos de con-

trole e fiscalização por parte dos órgãos institucionais, da mídia e da população".

Já por emenda de José Eduardo Dutra (PT-SE), a desincompatibilização vale também para o presidente da República. Ele justifica que um governador ou um prefeito, se

quiser concorrer a outro cargo, é obrigado a renunciar seis meses antes da eleição, e por isso o presidente também deve se desincompatibilizar, obedecendo à isonomia prevista na Constituição.

REFERENDO

Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou emenda propondo um referendo popular para a aprovação da reeleição, a ser realizado 90 dias depois da promulgação da emenda constitucional. Emenda de Carlos Patrocínio (PFL-TO) propõe a alteração da data da posse de governadores e prefeitos para 3 de janeiro e a do presidente da República para 5 do mesmo mês.

Trata-se de um retrocesso, avalia Lauro Campos

Lauro Campos (PT-DF), durante a discussão na sexta-feira da proposta da reeleição, anunciou que votará contra a medida, que considera um retrocesso político. "Assim como o Plano Real levou Fernando Henrique Cardoso à Presidência, o fracasso do mesmo o retirará dessa posição" afirmou.



Lauro Campos

- Sou radicalmente contrário à recondução de Sua Majestade o Presidente do Brasil, por mais quatro anos, porque considero imoral a mudança constitucional em causa própria - disse Lauro. Segundo o senador, as mazelas do país estão aumentando, as contas externas estão disparando e a dívida pública federal e a dos estados crescendo, sem que o governo consiga manter a estabilidade.

Francelino promete rapidez no exame das quatro emendas

O relator da proposta de emenda constitucional da reeleição, Francelino Pereira (PFL-MG), ao encerrar sexta-feira a primeira fase de discussão da matéria, destacou a importância do debate e prometeu apreciar rapidamente as quatro emendas de plenário apresentadas ao texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa (CCJ).

Francelino observou que esteve presente às cinco sessões previstas pelo Regimento para a discussão da proposta, salientando que, em momento algum, o Executivo interferiu no trabalho do Legislativo na tramitação da matéria. E elogiou a maturidade e a participação dos congressistas na apreciação da proposta, tanto na Câmara quanto no Se-

nado.

O senador antecipou considerações sobre as propostas de emendas de plenário apresentadas pelos senadores Lucídio Portella, Pedro Simon, Carlos Patrocínio e José Eduardo Dutra, e afirmou que os pontos por elas abordados já foram debatidos e rejeitados quando da apreciação da emenda pela CCJ.

Para Francelino, assim que o Congresso concluir a apreciação da emenda, e caso ela seja aprovada, será imperativo iniciar os debates para a elaboração de uma lei que estabeleça regras rígidas e punições severas para desestimular o eventual uso da máquina pública em campanhas eleitorais que visem à reeleição de ocupantes de cargos executivos.

Dutra desafia FHC a submeter Vale a plebiscito

Ao questionar a "postura autoritária" do governo, senador também conclama o Congresso a trazer para si o debate da privatização e dar a palavra final sobre a alienação da empresa

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, fez sexta-feira um desafio ao Legislativo e ao governo federal sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. "Desafio o Congresso a trazer o debate de volta para cá, visto que esta instituição é que deveria dar a palavra final sobre a venda da empresa. E desafio o presidente Fernando Henrique Cardoso a submeter a privatização da Vale a um plebiscito nacional", disse.

Ele criticou o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, por ter afirmado que são ilegítimas as ações contra a privatização da empresa. Condenou também "a postura autoritá-



José Eduardo Dutra

ria com que o governo fala em editar medida provisória para impedir que ações dessa natureza, absolutamente normais num estado de direito, continuem a ser ajuizadas".

O líder entende que, se há alguma coisa de ilegítimo nisso tudo, começa pela Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização e que se originou de medida provisória edi-

tada pelo então presidente Fernando Collor. Conforme Dutra, se o Parlamento teve a coragem de afastar esse presidente dois anos depois, precisa também dispor-se a se redimir no tocante a essa lei de privatizações, revogando-a.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o governo está utilizando a privatização da Vale como um cartão de visitas para o mundo, numa tentativa de demonstrar que o Brasil está-se modernizando. Em sua opinião, contudo, antes de privatizar, modernizar é distribuir democraticamente a terra e acabar com o analfabetismo.

Lauro não vê o que comemorar no 1º de Maio

Lauro Campos (PT-DF) afirmou sexta-feira que, num momento em que as conquistas trabalhistas acumuladas nos últimos 200 anos estão sendo esvaziadas pela política neoliberal, os trabalhadores não tiveram o que comemorar no 1º de Maio. "Por isso, registraram-se protestos em todo o mundo", acrescentou.

No caso brasileiro, conforme o senador, "aumenta o desemprego e eternizam-se as perdas salariais", enquanto o governo se apóia numa ideologia "que já foi contestada pela prática". Na opinião de Lauro Campos, 50 anos de keynesianismo demonstraram que o liberalismo e suas promessas de pleno emprego foram enterrados na crise de 1929.

A história recente de países como Inglaterra, Chile, Equador, Peru, Argentina, México e Brasil, conforme Lauro Campos, demonstraria que a contraface política do neoliberalismo "só pode ser a ditadura política", para que as conquistas seculares dos trabalhadores sejam aniquiladas.

Benedita sugere suspender venda

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a venda da Companhia Vale do Rio Doce não se coaduna com os princípios do Programa Nacional de Desestatização. A seu ver, "há fortes razões legais e estratégicas" que recomendam a interrupção do processo de venda da empresa.

- Privatizar a Vale não contribuirá para os objetivos previstos na lei e, se a necessidade do governo é fazer caixa, há outras saídas, além da simples venda do controle acionário - ressaltou. Para a senadora, os dois principais argumentos que justificariam a venda de uma estatal não se aplicam à Vale: a empresa é lucrativa e tem-se modernizado sem precisar recorrer aos cofres públicos.

Na opinião de Benedita da Silva, além de atuar "com eficiência e excelên-



Benedita da Silva

tes resultados" em setores estratégicos do país, a Vale vem investindo criteriosamente seus lucros. Alguns desses investimentos, de acordo com Benedita, "tomaram-se marcos do desenvolvimento brasileiro", como o Porto de Tubarão, a duplicação da ferrovia Vitória-Minas e o Projeto Carajás, entre outros.

A senadora entende também que, no mundo de economia globalizante, a Vale "pode e deve ser" um instrumento de pressão a favor do Brasil. "É uma questão de cálculo estratégico objetivo, não uma questão de nacionalismo ou de estatização", argumentou Benedita da Silva.

Senado presta homenagem a Paulo Freire

O Senado Federal enviou condolências à família do educador Paulo Freire, falecido na madrugada de sexta-feira. Requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e outros senadores, foi aprovado pelo plenário.

No encaminhamento da votação, José Eduardo Dutra disse que a morte de Paulo Freire significa uma perda não só para o Partido dos Trabalhadores e para os educadores, como para toda a nação. Ele lembrou a contribuição dada à educação brasileira pelo famoso *Método Paulo Freire*.

Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) declarou que a morte de Paulo Freire deixa uma lacuna que dificilmente será preenchida. Conforme afirmou, o educador, "embora escorraçado do seu país - foi cassado e perseguido pela ditadura -, era conhecido mundialmente".

O senador Geraldo Melo, no exercício da presidência, associou-se às homenagens. Ele disse que, quando era secretário de governo do Rio Grande do Norte, teve a perfeita consciência da contribuição que Paulo Freire deu para a educação brasileira.

Também a senadora Marina Silva (PT-AC) prestou homenagem a Paulo Freire. Ela lembrou que o educador orientou uma série de trabalhos sobre o interior da Amazônia, além de ter promovido a construção de mais de 40 escolas na região. O falecimento de Paulo Freire também foi lamentado pelo senador Lauro Campos (PT-DF).

Reforma agrária ganha velocidade

O relator, Osmar Dias anuncia intenção de aperfeiçoar os três projetos, que terão tramitação conjunta e rápida, a pedido de ACM

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou sexta-feira que, a pedido do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os projetos referentes à reforma agrária de autoria dos senadores Flaviano Melo (PMDB-AC), Esperidião Amin (PPB-SC) e José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) terão tramitação conjunta e rápida na Casa. Como relator na Comissão de Assuntos Econômicos, Osmar Dias pretende fazer algumas alterações que possam aperfeiçoar esses projetos.

Segundo esclareceu, a proposição de Flaviano Melo determina que a área visoriada pelo Incra para fins de desapropriação fique por dois anos sem nenhuma alteração de titularidade e sem



Osmar Dias

nenhuma exploração, para evitar que alguns latifundiários dividam a área em propriedades médias e pequenas e, com isso, fujam da desapropriação.

No entanto, Osmar Dias considera essa proposta "polêmica", porque, observou, modifica a fórmula de cálculo da eficiência da propriedade, o que pode provocar mais discussões na Justiça. O senador paranaense entende que uma propriedade deve

ser considerada produtiva a partir do cálculo entre a terra aproveitável e o total de produção, considerando a área de preservação.

Sobre o projeto de lei do senador José Eduardo Andrade Vieira, Osmar Dias disse ter o mérito de descentralizar o processo de reforma agrária, levando ao município a atribuição de cadastrar as famílias que participarão do programa.

Quanto à proposição do senador Esperidião Amin, o senador Osmar Dias assinou que ela é a recriação do Proterra, para permitir aos sem-terra financiamento para aquisição de propriedade. Essa idéia, na opinião do senador, tomaria o processo de reforma agrária mais ágil, porque a terra seria comprada.



Marina Silva

Acordo vai beneficiar seringueiros

Marina Silva (PT-AC) anunciou sexta-feira a assinatura de acordo entre a Pirelli do Brasil, o Conselho Nacional dos Seringueiros e as cooperativas extrativistas de borracha de Xapuri e Sena Madureira, no Acre. Segundo a senadora, o acordo garantirá a compra da borracha produzida naquela região pela multinacional de pneus, recolocando o Brasil no mercado de exportadores.

Marina destacou que o acordo, assinado pelo presidente da Pirelli, Giorgio della Setta, e do qual foi testemunha, obedecerá primeiramente a uma fase de cooperação técnica, quando especialistas na produção de borracha da Pirelli formarão profissionais entre os seringueiros, visando melhorar a qualidade do produto brasileiro e torná-lo mais competitivo no mercado internacional.

Nesse processo, informou a senadora, colabora a Universidade de Brasília, por meio de projetos já apresentados pelo Laboratório de Química da instituição, que desenvolvem novas texturas para a industrialização da matéria-prima a ser exportada. Na segunda fase, explicou Marina, a Pirelli comprará a produção dos três primeiros meses, condicionando a continuidade dessa transação à qualidade e à receptividade da borracha amazônica.

Marina também anunciou que está sendo negociada com a Casa Civil da Presidência da República uma proposta de subsídio governamental para garantir menor preço ao produto a ser exportado, "uma vez que a borracha produzida na Amazônia custa um pouco mais que a da Malásia, no mercado internacional".

Cabral registra manifesto em defesa da integridade territorial da Amazônia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou, para publicação nos Anais do Senado, indicação do jurista Carlos Araújo Lima em defesa da Amazônia, apresentada no dia 23 de abril ao Instituto dos Advogados do Brasil. Na indicação, o jurista pede que a entidade se manifeste sobre declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a Conferência Rio+5, de que o governo brasileiro não teria estrutura para combater o desmatamento na Amazônia nem condições práticas de frear a destruição da natureza.

- E agora, Brasil? O presidente Fernando Henrique não diz que vamos nos es-

forçar, ao máximo, para alcançar a estrutura necessária. Proclama, tranquilamente, que não somos capazes de possuir a Amazônia. A questão é crucial demais - afirma o autor da indicação.

Araújo Lima faz referência a declarações e ações de estrangeiros contrárias à soberania brasileira na Amazônia. Entre as declarações, cita as do vice-presidente dos EUA, Al Gore - "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos"; de François Mitterrand, em 1980 - "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia"; e de Mikhail Gorbachev - "O Brasil deve delegar partes de seus direitos sobre



Bernardo Cabral

a Amazônia aos organismos internacionais competentes".

Cabral elogiou a trajetória profissional de Araújo Lima e disse estar certo de que a denúncia do jurista, transformada em indicação, será apoiada pelo Senado. Em apartes, manifestaram-se os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Valmir Campelo (PTB-DF).

Palmeira critica federalismo brasileiro

Para ele, a federação prevista na Constituição do Brasil é "excessivamente centralizadora e onerosa" e não implica benefícios para os estados e municípios, "cada vez mais frágeis"

Descobrimiento do Brasil será tema de mostra

A exposição *Museu Aberto do Descobrimiento* será inaugurada amanhã, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, com 36 painéis duplos sobre o descobrimiento do Brasil. Ela é organizada pela Fundação Quadrilátero do Descobrimiento e pela Comissão Nacional para Comemorações do 5º Centenário do Descobrimiento do Brasil.

O Senado é representado na comissão pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, presidente da Casa, e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Um pequeno auditório montado no local exibirá vídeos com depoimentos do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; do ministro da Cultura, Francisco Weffort, e da atriz Fernanda Montenegro, entre outros.

Exemplares do livro *Invenção do Brasil*, no qual vários autores escrevem sobre o descobrimiento, serão distribuídos durante a exposição, que ficará aberta até o dia 18 de maio.

O responsável pela mostra é o presidente da Fundação Quadrilátero, Roberto Pinho.

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) criticou o modelo federalista brasileiro. Para ele, a federação prevista na Constituição é "excessivamente centralizadora e onerosa, sem que isso implique em benefícios para estados e municípios, cada vez mais frágeis econômica e politicamente".

Palmeira disse que cabe ao Senado evitar o impulso centralizador do governo brasileiro. Observou que "não se avaliou ainda o impacto que a imposição do modelo constitucional centralizador, inadequado e manipulador

brasileiro pode ter causado nos estados em crise".

Guilherme Palmeira citou exemplos do regime federativo nos Estados Unidos, na Alemanha e na Suíça, e comparou as diversas modificações que a Federação brasileira sofreu no curso de sua história republicana.

Segundo afirmou, a participação do governo central nesses países, e em determinados momentos na História brasileira, era relacionada a



Palmeira

soberania, às relações comerciais e políticas internacionais. "Aos estados, portanto, se reservavam todas as atribuições que essas unidades da Federação, por estarem mais perto do povo, podiam desempenhar melhor que a União", acentuou.

Conforme Palmeira, a autonomia dos estados, que teve seu apogeu com a restauração democrática de 1945, foi paulatinamente diminuída, a partir de 1964.

Mauro reclama política para os estados emergentes e o fim de preconceitos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ao governo a adoção de políticas de desenvolvimento para os estados de economia emergente, a exemplo de Goiás, observando que "é hora de



Mauro Miranda

romper os preconceitos federais contra esses estados, que podem fazer muito mais pelo país do que as unidades federativas saturadas na sua estrutura industrial".

Ele destacou o desempenho de Goiás, e disse que "Goiânia tem sido reconhecida nacionalmente como a cidade que ostenta os melhores níveis de qualidade de vida do país. O estado não tem megalópoles, mas também não temos cidades absolutamente pobres".

Segundo Mauro Miranda, Goiás tem uma tradição de recusa a políticas paternalistas, mas essa independência não

significa abrir mão da igualdade de tratamento. Para o senador, a prioridade, agora, é a duplicação da rodovia que liga Goiânia a São Paulo, as correções do corredor Centro-Leste e a construção da ferrovia Norte-Sul.

Com a saturação da estrutura industrial do Centro-Sul, os crescentes níveis de exclusão social nas áreas mais desenvolvidas e a atual crise de desemprego, Goiás é um território de oportunidades - garantias.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO E JOSÉ AGRIPINO MAIA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flavio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.